



ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 1.041/GM-2, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1992.

Aprova critérios e fixa valores para aplicação e a cobrança das Tarifas Aeroportuárias de Armazenagem e de Capatazia sobre mercadorias importadas ou em situações especiais e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA AERONÁUTICA, com fundamento no que estabelecem os § 1º e 2º do artigo 3º do Decreto Nº 89.121, de 06 de dezembro de 1983, resolve:

Art. 1º - Aprovar os critérios e fixar os valores para a aplicação e a cobrança das Tarifas Aeroportuárias de Armazenagem e de Capatazia, assim denominadas e caracterizadas pelo inciso IV do artigo 3º da Lei Nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, alterada pelo Decreto-Lei Nº 2.060, de 1º - de setembro de 1983.

Art.. 2º - Para os efeitos desta Portaria, entende-se por:

I - Armazém Alfandegado - recinto destinado à movimentação e ao depósito de mercadorias importadas ou destinadas à exportação, que devam movimentar-se ou permanecer sob controle aduaneiro;

II - Carga - todos os bens transportados em uma aeronave, exceto malas postais, provisões de consumo de bordo e bagagens;

III - Consignatário - pessoa física ou jurídica, a quem a mercadoria é consignada;

IV - Despacho Antecipado - liberação da mercadoria importada, segundo critérios estabelecidos pela Receita Federal;

V - Dólar Convênio - taxa de câmbio adotada pra conversão, em moeda nacional, dos valores expressos em dólares dos Estados Unidos, fixada por autoridade competente, para efeito de cálculo do Imposto de Importação, publicada no Diário Oficial da União, semanalmente, através de Ato da Receita Federal;

VI - “Drawback” - benefício da suspensão, isenção ou restituição total ou parcial, dos tributos fiscais exigíveis na importação de mercadoria a ser exportada, após beneficiamento, ou destinada à fabricação, complementação ou acondicionamento de outra a ser exportada;

VII - Folha de Controle de Carga (FCC) - documento, a ser preenchido pelo transportador, que contém a relação das mercadorias transportadas em determinada aeronave, as quais deverão passar da sua responsabilidade para a do fiel depositário, devendo por este ser conferidas no TECA (Terminal de Carga Aérea);

VIII - Mercadoria - todo bem com ou sem destinação comercial. Para efeito desta Portaria, consideram-se também como mercadorias;

1 - as aeronaves importadas que cheguem ao aeroporto em vôo ou como carga transportada; e

2 - os bens trazidos do exterior como bagagem ou não e sujeitos ao regime de importação comum.

IX - Mercadoria de Alto Valor Específico - aquela em que a relação entre o valor da mercadoria em dólares dos Estados Unidos e seu peso líquido, em quilograma, for igual ou superior a US\$ 2,500.00 por quilograma;

1 - Durante sua permanência no TECA, o seguro dessas mercadorias será de responsabilidade do importador.

X - Período de Armazenagem - cada espaço de tempo de 15 (quinze) dias, ou fração, em que a mercadoria permanece no TECA.

1 - O período de armazenagem de Mercadoria de Alto Valor Específico será de 3 (três) dias úteis ou fração, a contar da data de entrada no TECA;

XI - Regime de Entrepasto Industrial - regime que permite a determinados estabelecimentos de uma indústria importar, com suspensão de tributos, mercadorias que depois de submetidas a operação de industrialização, destinar-se-ão ao mercado externo;

XII - Tarifa de Armazenagem - valor devido pelo armazenamento, guarda e controle das mercadorias nos armazéns de carga aérea dos aeroportos. Incide sobre o consignatário ou sobre o transportador aéreo, no caso de carga aérea em trânsito;

XIII - Tarifa de Capatazia - valor devido pela movimentação e manuseio das mercadorias a que se refere o inciso anterior. Incide sobre o consignatário ou sobre o transportador aéreo, no caso de carga aérea em trânsito;

XIV - Terminal de Carga Aérea (TECA) - conjunto de áreas cobertas e descobertas, especialmente delimitadas para o recebimento, armazenamento, guarda, movimentação, controle e entrega de carga transportada ou a transportar, por via aérea ou via superfície;

XV - Trânsito - passagem pelo TECA ou zona primária do aeroporto, de mercadoria transportada por via aérea, e destinada por essa via ou não, para outro aeroporto;

XVI - Transportador - para efeito de cobrança de Tarifas, é o responsável pela execução do transporte aéreo de carga, mediante contrato;

XVII - Zona primária - área terrestre ocupada pelos aeroportos alfandegados.

Art. 3º - Toda mercadoria descarregada no aeroporto, transportada por via aérea ou não, deverá ser recebida, manuseada e armazenada no recinto do TECA, sendo que a mercadoria sujeita a controle aduaneiro deverá ser operada em áreas do TECA consideradas pelo órgão competente da Receita Federal, até ser retirada pelo consignatário, transportador ou seus representantes legais.

§ 1º - Para o previsto no “caput” deste artigo, excetuam-se as mercadorias submetidas à baldeação ou transbordo, de aeronaves para aeronave, desde a descarga até novo embarque.

§ 2º - A critério exclusivo do órgão ou entidade administradora do aeroporto, as mercadorias em transporte aéreo doméstico e as destinadas à exportação poderão ser recebidas, manuseadas, armazenadas e controladas diretamente pelas empresas concessionárias do transporte aéreo, as quais disporão de áreas previamente demarcadas pela referida administração aeroportuária e destinadas a tal finalidade, não se permitindo a instalação de armazém de carga aérea fora da área delimitada para TECA.

Art. 4º - A mercadoria importada por via aérea deverá se entregue nos armazéns alfandegados do órgão ou entidade administradora do aeroporto, pela empresa aérea que a transportou, acompanhada da FCC e de uma via do Conhecimento de Transporte Aéreo, à exceção dos casos de remessa do referido Conhecimento por outro meio.

Parágrafo único - A FCC deverá relacionar toda mercadoria importada descarregada e respectivos consignatários, mesmo quando, com autorização da Receita Federal, for liberada por despacho antecipado.

Art. 5º - A aplicação das Tarifas de Armazenagem e de Capatazia, incidentes sobre mercadoria importada, será feita de acordo com os critérios e valores constantes das Tabelas 01 a 06, a saber:

I - a Tabela 01 estabelece como calcular o valor da Tarifa de Armazenagem;

II - a Tabela 02 estabelece como calcular o valor de Capatazia;

III - a Tabela 03 estabelece como calcular, cumulativamente, o valor da Tarifa de Armazenagem e de Capatazia, devendo ser aplicada nos casos de:

1 - aparelhos, motores, reatores, peças, acessórios e demais partes destinadas à manutenção ou reparo de aeronaves estrangeiras em trânsito no País;

2 - mercadorias exportadas que, por qualquer motivo, retornem ao País;

3 - mercadorias procedentes do exterior, descarregadas por engano, bem como aquelas que, mediante autorização da Receita Federal, ao exterior sejam redestinadas;

4 - mercadorias desembarcadas em um aeroporto internacional e destinadas a outro aeroporto que possua TECA e que, por conveniência e sob a responsabilidade do transportador, sejam para ele removidas;

5 - mercadorias que entrem no País sob regime da Admissão Temporária, destinadas a certames e outros eventos de natureza científica, esportiva, filantrópica ou cívico-cultural;

6 - bens trazidos do exterior como bagagem, desde que considerados pela Receita Federal como sem valor comercial;

7 - peças de reposição para embarcação estrangeira, inclusive quando a importação for sob regime de Admissão Temporária;

8 - plantas, sementes, animais vivos, ovos férteis, sementes e embriões, desde que liberados em prazo inferior a 06 (seis) horas, contadas a partir do ato do recebimento no TECA; e

9 - mercadorias em trânsito.

IV - A Tabela 04 estabelece como calcular o valor da Tarifa de Armazenagem, quando a importação for sob benefício de “Drawback”. Esta tabela, aplica-se, ainda:

1 - às mercadorias importadas por indústrias nacionais beneficiárias do regime de Entrepasto Industrial, de acordo com Ato Declaratório baixado pela Receita Federal;

2 - as mercadorias importadas destinadas para venda em lojas francas;

3 - às mercadorias importadas pelos órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, com isenção ou suspensão do Imposto de Importação;

4 - às peças de reposição para embarcação brasileira ou estrangeira objeto de arrendamento mercantil;

5 - às mercadorias importadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com isenção ou suspensão do Imposto de Importação, destinadas ao cumprimento de convênios, acordos e convenções, referendados pelo Ministério das Relações Exteriores;

6 - às mercadorias importadas por entidades educacionais, científicas e culturais da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, com isenção ou suspensão do Imposto de Importação;

7 - aos aparelhos, motores, reatores, peças, acessórios e demais partes e materiais de manutenção e reparo, importados por empresas homologadas pelo Departamento de Aviação Civil, para prestação de serviços de manutenção, quando destinados à manutenção, revisão e reparo de aeronaves e de seus componentes;

8 - aos equipamentos e materiais técnicos destinados às operações de aerolevantamento, importados por empresas que explorem atividades pertinentes, conforme previsto na legislação específica sobre aerolevantamento; e

9 - mercadorias importadas via superfície, recebidas no TECA;

V - A Tabela 05 estabelece como calcular, cumulativamente, o valor das Tarifas de Armazenagem e de Capatazia, o qual deverá ser aplicado sobre as mercadorias em trânsito internacional. A cobrança dessa Tarifa será dispensada no caso de mercadorias que forem baldeadas para outra aeronave, com vista ao seu transporte para o destino final;

VI - A Tabela 06 estabelece como calcular, cumulativamente, o valor das Tarifas de Armazenagem e de Capatazia de mercadoria de alto valor específico.

Parágrafo único - Aos materiais e equipamentos hospitalares e seus componentes, medicamentos, vacinas, matérias-primas e produtos químicos importados, com isenção do Imposto de Importação, por instituições assistenciais ou filantrópicas, reconhecidas como de utilidade pública e sem fins lucrativos, aplicar-se-á 30% da Tarifa prevista na Tabela 01.

Art. 6º - As mercadorias importadas recebidas no País sob o regime de Admissão Temporária e não destinadas a certames e outros eventos de natureza científica, esportiva, filantrópica ou cívico-cultural, serão aplicadas as Tabelas 01 e 02. Quando do seu retorno total ou parcial ao exterior, as Tarifas serão recalculadas segundo as Tabelas 02 e 04 e restituída a diferença, devidamente corrigida.

Art. 7º - A execução dos serviços de Armazenagem e de capatazia é da competência do órgão ou entidade administradora do aeroporto.

Art. 8º - A entrega da mercadoria importada ao consignatário ou seu representante legal será autorizada pela administração do aeroporto, após ser liberada pela Receita Federal e garantido o pagamento das Tarifas devidas.

Art. 9º - A Tarifa de Armazenagem da mercadoria importada será quantificada em função do valor CIF (custo, seguro e frete) ou quando este não for declarado no documento de importação, pelo seu valor comercial, e do tempo de armazenamento, e será progressivamente crescente com o período que a mercadoria permanecer no TECA.

Parágrafo único - Define-se como valor comercial a soma das parcelas inseridas na Declaração de Importação registrada pela Receita Federal, ou documento equivalente, efetivamente pagas, relativas ao custo e frete da mercadoria.

Art. 10 - A Tarifa de Capatazia será quantificada em função do peso bruto verificado, sendo devida por toda e qualquer mercadoria movimentada e manuseada no TECA.

Art. 11 - As Tarifas de Armazenagem e de Capatazia decorrentes das Tabelas 02, 03 e 05 serão pagas em moeda nacional, resultantes da conversão do valor expresso em dólares dos Estados-Unidos, segundo o dólar convênio vigente na data de registro da Declaração de Importação ou documento equivalente.

Art. 12 - Caso ocorra exigência fiscal durante a conferência aduaneira, através de lavratura de Auto de Infração que determine a retenção da mercadoria ou parte dela, a contagem dos períodos de armazenagem será suspensa. Julgada procedente a exigência fiscal, as Tarifas serão devidas por todos os períodos. Se improcedente, não haverá incidência das Tarifas entre as datas de retenção e do julgamento, retomando-se, a partir da última, a contagem dos períodos.

Art. 13 - Quando a Receita Federal imputar responsabilidade ao órgão ou entidade administrativa do aeroporto, por falta ou avaria, verificada em vistoria aduaneira, o período de armazenagem será contado a partir da data do recebimento da mercadoria até a data do pedido de vistoria.

Art. 14 - O período de armazenagem previsto nas Tabelas 01, 03, 04, 05 e 06, iniciar-se-á a partir da data do recebimento da mercadoria pela entidade administradora do aeroporto, encerrando-se na data de sua efetiva retirada do TECA.

Parágrafo único - Quando o último dia de um período de armazenagem coincidir com data em que não haja expediente nos órgãos arrecadadores, a retirada da mercadoria poderá ser feita no primeiro dia útil seguinte, não cabendo cobrança das Tarifas correspondentes ao novo período de armazenagem.

Art. 15 - Quando ocorrer deslocamento ou transferência de mercadoria importada para entreposto aduaneiro, depósito alfandegado ou for autorizado eu despacho antecipado, o cálculo das Tarifas será efetuado de acordo com os valores das Tabelas 01 e 02 desta Portaria.

§ 1º A Tarifa de Armazenagem (Tabela 01) será calculada com base no valor declarado pelo consignatário ou seu representante legal.

§ 2º - O consignatário ou seu representante legal deverá apresentar à entidade administradora do aeroporto a Declaração de Importação devidamente registrada pela Receita

Federal, para fazer o acerto de qualquer diferença apurada entre o valor da Tarifa inicialmente paga e o valor devido.

§ 3º Não incidirão as Tarifas de Armazenagem e Capatazia, quando o despacho antecipado for solicitado pela entidade responsável pela administração do Aeroporto.

Art. 16 - Salvo as isenções previstas em Lei, nenhuma pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, poderá eximir-se do pagamento das Tarifas de Armazenagem e de Capatazia.

Art. 17 - Mediante despacho concessivo do Ministro da Aeronáutica ou de autoridade por ele delegada, ficam isentas do pagamento das Tarifas de Armazenagem e de Capatazia, desde que não ultrapassem 30 (trinta) dias de armazenagem, a contar do ato do recebimento no TECA:

I - as mercadorias e materiais importados destinados a entidades privadas ou públicos da Administração Direta ou Indireta, quando ocorrerem circunstâncias especiais criadas pelo Governo Federal, por motivos independentes da vontade dos destinatários; e

II - as mercadorias e materiais importados destinados a serviços necessários à segurança nacional ou por comprovada exigência do bem comum.

§ 1º Para os efeitos do previsto nos Incisos I e II deste artigo, as petições das entidades interessadas pleiteando a isenção das Tarifas de Armazenagem e de capatazia, serão encaminhadas para despacho, devidamente instruídas do parecer da unidade aeroportuária arrecadadora.

§ 2º - Será dispensado o despacho concessivo, quando as Tarifas de Armazenagem e de capatazia incidirem sobre:

a - aeronaves em geral e seus componentes a elas incorporados, incluindo aquelas que entrarem no País sob o regime de Admissão Temporária e as objeto de arrendamento mercantil;

b - aparelhos, motores, reatores, peças, acessórios e demais partes e materiais de manutenção e reparo importados por empresas nacionais concessionárias dos serviços de transporte aéreo regular, empresas de serviços aéreos especializados, empresas de táxi-aéreo e aeroclubes;

c - peças e equipamentos destinados a complementar montagem de aeronaves fabricadas no País, quando a importação for consignada aos próprios fabricantes;

d - mercadorias, matérias-primas, materiais e equipamentos importados, essenciais às atividades operacionais da Força Aérea Brasileira, bem como as importações destinadas às organizações do Ministério da Aeronáutica e suas empresas vinculadas;

e - mercadorias, matérias-primas, materiais e equipamentos importados diretamente pelos Ministérios da Marinha e do Exército, essenciais às suas atividades operacionais;

f - jornais, publicações periódicas e impressos ilustrados, de origem argentina, importados por via aérea, conforme acordo estabelecido entre o Brasil e a Argentina, através de troca de Notas Diplomáticas;

g - moedas estrangeiras, quando importadas pelas autoridades monetárias brasileiras;

h - malas diplomáticas, quando devidamente caracterizadas;

i - urnas contendo cadáveres;

j - material médico, remédios, amostras de vírus e vacinas importadas por via aérea, quando destinados ao Escritório Regional da Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS;

k - materiais e equipamentos hospitalares e seus componentes, medicamentos, vacinas, matérias-primas e produtos químicos importados com isenção do Imposto de Importação pelas instituições do serviço médico-hospitalar da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;

l - equipamentos e seus componentes, livros didáticos, revistas e publicações técnicas estrangeiras, recebidos por doação direta do exportador, destinados a entidades assistenciais ou filantrópicas, reconhecidas como utilidade pública e sem fins lucrativos; e

m - mercadorias recebidas por doação direta do exportador, destinadas a entidades educacionais, culturais ou científicas, para aplicação em programas assistenciais e de ensino.

Art. 18 - O despacho do Ministro da Aeronáutica ou de autoridade por ele delegada, se concessivo da isenção, poderá referir-se ao total ou parte da importância correspondente ao valor das Tarifas.

Parágrafo único - Não terá provimento pedido de isenção das Tarifas de Armazenagem e de Capatazia relativo a mercadorias armazenadas por prazo superior a 30 (trinta) dias.

Art. 19 - Caso o interessado não requeira o benefício no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da retirada da mercadoria do TECA, prescreverá o direito às isenções das Tarifas de Armazenagem e de capatazia, nas condições estabelecidas nesta Portaria.

Art. 20 - A responsabilidade do órgão ou entidade administradora do aeroporto pela armazenagem de volumes que contenham jóias, pedras e/ou metais preciosos, quando o consignatário, por sua conveniência, não declarar formalmente o conteúdo e seu respectivo valor, fica limitada aos valores nominais especificados nas apólices de seguros a que estiver vinculado o TECA do órgão ou entidade administradora do aeroporto.

Art. 21 - Os recursos financeiros provenientes de arrecadação das Tarifas de Armazenagem e de Capatazia constituirão receitas:

I - do Fundo Aeroviário, quando se tratar de arrecadação realizada em aeroporto administrado diretamente pelo Ministério da Aeronáutica;

II - da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, quando arrecadados em TECAS por ela administrados; e

III - das entidades públicas ou privadas que, mediante convênio com o Ministério da Aeronáutica, administrarem aeroportos e respectivos TECAS.

Art. 22 - Os créditos e débitos referentes a acertos de cobranças decorrentes da aplicação desta Portaria serão atualizados monetariamente, segundo a variação da Taxa Referencial Diária - TRD, ou outro índice adotado pelo Governo Federal para tal fim.

Parágrafo único - A atualização de que trata este artigo será feita a contar da data do pagamento da Tarifa até a data da restituição do crédito ou débito.

Art. 23 - Os casos não previstos serão resolvidos pelo Ministro da Aeronáutica.

Art. 24 - A presente Portaria entrará em vigor no dia 15 de janeiro de 1993.

Art. 25 - Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, as Portarias N° 204/GM-5, de 30 de março de 1989 e N° 928/GM-5, de 07 de dezembro de 1989.

LÉLIO VIANA LÔBO
Ministro da Aeronáutica

TABELA 01

VALOR DA TARIFA DE ARMAZENAGEM DE MERCADORIA IMPORTADA

PERÍODO DE ARMAZENAGEM	PERCENTUAL SOBRE O VALOR CIF
1° - Até 15 dias	2%
2° - de 16 a 30 dias	+2%
3° - de 31 a 45 dias	+2%
4° - de 46 a 60 dias	+2%
5° - de 61 a 75 dias	+4%
Para cada 15 (quinze) dias ou fração, além do 5° (quinto) período, até a retirada da mercadoria.	+4%

Observações: - Os percentuais são cumulativos; e
- Esta Tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 02.

TABELA 02

VALOR DA TARIFA DE CAPATAZIA DE MERCADORIA IMPORTADA

PESO BRUTO VERIFICADO
US\$ 0.015 POR QUILOGRAMA

Observação: - A tarifa mínima a ser cobrada será correspondente a 100 (cem) Kg.

TABELA 03

VALOR DA TARIFA DE ARMAZENAGEM E DE CAPATAZIA

PESO BRUTO VERIFICADO
US\$ 0.048 POR QUILOGRAMA

Observações: - A tarifa mínima a ser cobrada será correspondente a 100 (cem) Kg; e
- O período de armazenagem, para efeito de cobrança, é de 15 (quinze) dias ou fração, até o máximo de 30 (trinta) dias; e
- Após os 30 (trinta) primeiros dias de armazenagem, os períodos de 15 (quinze) dias ou fração terão os seus valores dobrados.

TABELA 04**VALOR DA TARIFA DE ARMAZENAGEM DE MERCADORIA IMPORTADA
SOB BENEFÍCIO DE "DRAWBACK" E OUTROS**

PERÍODO DE ARMAZENAGEM	PERCENTUAL SOBRE O VALOR CIF
1° - Até 15 dias	1%
2° - de 16 a 30 dias	+1%
3° - de 31 a 45 dias	+1%
4° - de 46 a 60 dias	+2%
5° - de 61 a 75 dias	+2%
Para cada 15 (quinze) dias ou fração, além do 5° (quinto) período, até a retirada da mercadoria.	+2%

Observações: - Os percentuais são cumulativos; e
- Esta Tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 02.

TABELA 05**VALOR CUMULATIVO DAS TARIFAS DE ARMAZENAGEM E DE CAPATAZIA**

PESO BRUTO VERIFICADO
US\$ 0.80 POR QUILOGRAMA

Observações: - A tarifa mínima a ser cobrada será correspondente a 100 (cem) Kg; e
- O período de armazenagem, para efeito de cobrança, é de 15 (quinze) dias ou fração.

TABELA 06**VALOR CUMULATIVO DAS TARIFAS DE ARMAZENAGEM E DE CAPATAZIA
PARA MERCADORIA DE ALTO VALOR ESPECÍFICO**

PERÍODO DE ARMAZENAGEM	PERCENTUAIS SOBRE O VALOR CIF
03 (três) dias ou fração, a contar da data do recebimento no TECA	De US\$ 2,500.00/Kg a US\$ 9,999.00/Kg : 0,4%
	De US\$ 10,000.00/Kg a US\$ 39,999.00/Kg : 0,2%
	Acima de US\$ 40,000.00/Kg: 0,1%

Observação: - O valor CIF por quilo, refere-se ao peso líquido da mercadoria.